



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

**AVALIANDO UMA POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, VOLTADA AO PÚBLICO FEMININO: narrativas de egressas do Programa
Mulheres Mil.**

Autora

Regina Celly Clemente Silva

*UFPE-Universidade Federal de Pernambuco -CAA
reginacaruaru@hotmail.com*

Orientador

Alexandre Viana Araújo

*UFPE-Universidade Federal de Pernambuco -CAA
xandosport@gmail.com*

RESUMO: O presente estudo teve como foco principal avaliar os objetivos do Programa Mulheres Mil, sob a ótica das egressas do curso de corte e costura, e saber se o mesmo contribuiu para diminuir ou mesmo eliminar a situação de vulnerabilidade dessas mulheres. O programa está inserido nas iniciativas da Bolsa-Formação do Pronatec-Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O mesmo se aproximou da abordagem qualitativa, onde foram utilizadas como fontes de consulta os documentos e o uso de questionários. Os dados levantados foram analisados a luz da análise de conteúdo, os resultados nos mostram que a partir das falas das mulheres, há uma aprovação por parte delas com relação ao programa e ao curso, também com relação ao trabalho em busca de resgatar a autoestima das beneficiárias e o melhoramento de suas vivências com a comunidade e familiares. Além desses aspectos existe a questão da inserção no mercado de trabalho que contribui para que essas mulheres possam ter acesso a alguma renda ou mesmo aumentar seus ganhos e melhorar seus conhecimentos.

Palavras-Chaves: Política Pública, Educação, Educação Profissional, Programa Mulheres Mil.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos temas centrais e mais abordados quando inserida no debate sobre políticas públicas sociais, quase sempre é lugar-comum, relacioná-la ao desenvolvimento de uma sociedade, a redução das desigualdades e também a fatores ligados a economia e ao trabalho. No âmbito econômico sabemos que existe uma relação entre educação, produção e produtividade, entretanto, para além dessa dinâmica, a educação é instrumento e não se pode atribuir a ela, apenas, os insucessos da sociedade. Nos últimos anos a educação tem sido ressaltada quase que exclusivamente pela necessidade de qualificar e ou habilitar pessoas para a produção e para o mundo do trabalho.

Neste cenário, nos últimos anos a Educação Profissional tem recebido constantes investimentos do governo federal, com criação de programas e ofertas de bolsas financeiras para a

formação, com o intuito de sanar a histórica defasagem deste campo, não apenas preparando para o mundo trabalho, mas com eixos temáticos que contribuem para a formação cidadã, superando também, assim, uma ação puramente servil, por uma ação proativa, ou seja, um exercício com excelência e reflexividade. Diante deste panorama, enfocaremos o Programa Mulheres Mil, o estudo formulado sob a seguinte estrutura: Será que o programa, na perspectiva das alunas participantes, consegue diminuir e ou eliminar a situação de vulnerabilidade social destas? Tal questionamento se mostra importante uma vez que tem um aspecto avaliativo e explicita um eixo formativo do programa, voltado para a formação cidadã, por meio da análise das falas das pessoas que são o público alvo da respectiva política pública.

Com este estudo buscamos avaliar de forma sucinta uma política pública voltada para o seguimento feminino, destacando seu eixo formativo, que privilegia temas transversais voltados a questão da cidadania, tais como: elevação da autoestima, direitos da mulher, promoção da inclusão produtiva e a mobilidade dessas mulheres no mercado de trabalho, destacando como nosso tema: Avaliando uma política pública de educação profissional, voltada ao público feminino: narrativas de egressas do Programa Mulheres Mil. Sendo este, desenvolvido através do nosso objetivo principal: Avaliar o Programa Mulheres Mil tendo como referência os objetivos do programa. E objetivos específicos: Descrever o Programa Mulheres Mil enquanto uma política pública voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade social; identificar junto as alunas participantes os temas transversais presentes na formação cidadã e verificar junto as alunas participantes se houve diminuição/eliminação da situação de vulnerabilidade social.

O presente estudo é o produto final, de uma pesquisa, por isso aqui apresentamos apenas as análises, visto que o trabalho foi extenso e não há espaço para a explicitação de todo o conteúdo, visto que resumir suas outras categorias não seria interessante, por isso decidimos enfatizar o conteúdo principal, que são as análises com uma rápida discussão acerca do Programa Mulheres Mil, e por fim, o tópico sobre a avaliação da política pública no qual destacamos as principais conclusões deste estudo.

APRESENTANDO O PROGRAMA MULHERES MIL

O Programa Mulheres Mil faz parte de uma política pública voltada ao universo feminino, que vive em situação de vulnerabilidade. Com o intuito de superar índices de violência e a situação de risco e vulnerabilidade¹ social, vítimas de violência, com escolaridade baixa ou defasada, aliado

¹Vulnerabilidade e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares



a escolarização, qualificação profissional e formação cidadã, foi criado o Programa Mulheres Mil², como uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome³. O programa oferece possibilidades, por meio de seus cursos direcionando mulheres na faixa etária de 16 a 70 anos, em especial às que são beneficiadas pelo Bolsa Família, para que tenham acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, pautada em princípios éticos e de elevação da autoestima, além de refletir sobre a vida social, cultura e econômica de cada localidade.

Tendo em vista a especificidade do público, as turmas serão **exclusivas**, ou seja, formadas unicamente por mulheres em situação de extrema pobreza, a fim de garantir uma melhor integração das alunas nos cursos, a permanência e o êxito em todo o processo de formação e qualificação profissional. (PRONATEC/BRASIL SEM MISÉRIA, 2014).

As atividades iniciaram-se no ano de 2007, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, posteriormente foi expandido para todos os outros estados do território brasileiro. O acesso das mulheres aos cursos oferecidos pelo programa, se dá pelo encaminhamento dos órgãos responsáveis, em cada localidade, por meio da inclusão do CadÚnico⁴, neste caso podendo ser os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), ou Secretarias da Mulher das cidades, as quais os cursos são oferecidos. A execução, referente as aulas, do programa está sob a responsabilidade dos Institutos Federais de Educação, que além de executar, também formulam os projetos, de acordo com as necessidades de cada localidade, com o intuito de promover a escolarização e a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

O papel dos IFS no Programa Mulheres Mil é de selecionar mulheres que estejam em situação de risco e oferecer a elas cursos dentro de uma perspectiva de formação cidadã, neste sentido o Programa Mulheres Mil, encontra-se em equidade com os objetivos da implantação dos Institutos Federais e vice-versa. (MEC, PNMM, 2012).

razoáveis de segurança pessoal/coletiva. Carneiro e Veiga (2004). Esta vulnerabilidade não se trata apenas das condições econômicas, mas também está relacionada a aspectos sociais, culturais, precários ou nulo acesso às políticas públicas; fragilização das relações familiares, discriminação étnica, cultural e sexual; situação de violência doméstica, por grupos ou indivíduos. (BRASIL, 2004.)

²Instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, no dia 21 julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho.

³O Plano Brasil Sem miséria tem como finalidade superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. (BRASIL, 2011.)

⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

No Estado de Pernambuco, por exemplo, os IF'S foram criados mediante a integração dos Centros Federais de várias cidades e as Escolas Agrotécnicas das cidades de Vitória de Santo Antão, Barreiros e Belo Jardim. No agreste de Pernambuco, especificamente na cidade de Caruaru, o IF funciona com a modalidade de cursos de nível técnico subsequente, ou seja, para os que terminaram o ensino médio e um curso de nível superior em Engenharia Mecânica. Para além desses cursos, existem alguns programas que são ligados a Extensão e são coordenadas e executadas pela Diretoria de Pesquisa e Extensão (DIPEX) dos quais se destacam: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Programa Mulheres Mil, PROEJA, Programa de Formação de Recursos Humanos – Petrobras e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX. O Proeja, Mulheres Mil, estão inseridos no PRONATEC com os cursos de formação. Como citado na LEI Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 “com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de *programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira*”.

O município de Caruaru, onde se encontra um dos Campus do IFPE, é um município polo da região, tem uma extensão territorial de 920,611Km², sua população atualmente está estimada em 347.088 habitantes (IBGE, 2010).

A escolha dos cursos se dá devido a necessidade e demanda da região, deste modo, tendo Caruaru potencial para a área gastronômica, também obedece a vocação da região visto que é um importante pólo no ramo das confecções, tendo um desdobramento econômico na vida da região. Ambos possuem aplicabilidade uma vez que um dos principais objetivos do Mulheres Mil é a inclusão social e a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho. O curso de corte e costura, que foi nosso objeto de estudo, aconteceu entre os anos de 2013 e 2014, inicialmente com cerca de 60 mulheres, dessas, 42 terminaram o curso. Das 60 vagas, 20 foram destinadas ao público transgênero. As alunas participantes foram selecionadas através do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS do Bairro Cedro, que comporta outras comunidades como: Rendeiras, Gonçalves Ferreira, São José e Morada Nova. As mulheres que frequentaram o curso de corte e costura, residiam nessas localidades. Dentre muitas atribuições da equipe de trabalho do Pronatec, previstas na Portaria 168, de 7 de março de 2013, do Ministério da Educação, podemos mencionar duas:

“articular, com outras instâncias públicas e privadas, a organização e a inserção das mulheres em arranjos produtivos, sociais, culturais e em empreendimentos econômicos solidários (associações, cooperativas, microempreendimentos individuais, entre outros)”; articular com os demais setores públicos e privados o acesso dessas mulheres a políticas de educação e saúde (elevação da escolaridade,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

modalidade EJA, por exemplo); promover, junto às unidades de atendimento do SINE – Sistema Nacional de Emprego, a inscrição das estudantes no Sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), para a intermediação da mão de obra. (PRONATEC/BSM; MULHERES MIL, 2014)

As beneficiárias do curso de corte e costura tinham entre 22 e 57 anos, apresentavam baixo nível de escolarização, a maioria não possuíam um trabalho formal, algumas declararam-se donas de casa, outras faziam faxinas, para conseguir seus sustentos e trabalhavam na área de confecções, mas nada em regime formalizado. O Curso de Formação Inicial e Continuada em Corte e Costura, modalidade presencial, tinha como objetivo geral:

Capacitar mulheres vinculadas ao Programa Mulheres Mil em conhecimentos que as habilitem a desenvolver com competência técnica e atitudinal as habilidades necessárias ao Corte e Costura, a fim de proporcionar uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a região na qual estão inseridas, a inclusão social e econômica das mesmas através da ocupação e geração de renda. (Projeto Pedagógico do Curso, 2013)

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso de Formação Inicial e Continuada em Corte e Costura, na modalidade presencial, e observada à obtenção da escolaridade requerida constante no Guia/Catálogo Nacional de Cursos FIC, será conferido ao egresso o certificado de **Auxiliar Técnico em Corte e Costura**.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em tela se baseou em uma abordagem qualitativa, dando ênfase às falas das beneficiárias do Programa Mulheres Mil. Esta abordagem corrobora com os objetivos do estudo. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Consideramos, ainda que tal investigação se converte em um estudo de caso. Foi escolhido por se tratar da análise de uma realidade, neste caso as mulheres que ingressam na educação profissional/técnica com o intuito de se inserir no mercado de trabalho. Bogdan e Biklen (1994, p.89) apontam que “O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documento ou de um acontecimento específico”.

No intuito de promover este estudo, fizemos um levantamento bibliográfico, sendo em livros, artigos, leis e decretos que nos remeteram a temática de políticas públicas, educação profissional e sobre o programa mulheres mil.

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. (LUNA, 1999).

A revisão bibliográfica contribuiu para a orientação dos estudos iniciais, para produzir o projeto, e organizar os referenciais teóricos do estudo. Dentre as técnicas de coleta de dados utilizamos questionários devido ao tempo ser muito curto para a produção do estudo. O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Para fins desta investigação utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo, enquanto um primeiro exercício de aproximação metodológica. A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento da informação. Nosso objetivo em descrever os dados concorda com o pensamento de Bardin (2001) quando fala que esse interessa na descrição não deve estar na descrição dos dados coletados puramente, mas “no que estes poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’”. (p. 33).

Trabalhamos com alunas egressas, pois o acompanhamento possibilita reflexões sobre avanços e as mudanças da educação no atendimento das reais necessidades do mercado e do contexto sócio-político-econômico, como cita, FRONCILLO (2008). Desta forma a pesquisa com egressos é uma ferramenta importante, na construção de indicadores, contribuindo para a discussão das ações implementadas considerando sua eficácia e repercussão.

Como já dissemos anteriormente, nos utilizamos de questionários para atender os nossos objetivos específicos. Onze mulheres⁵, responderam os questionários. A composição inicial foi de 15 questionários, porém tivemos a devolução de apenas onze. As questões que nortearam foram de cunho pessoal, social e profissional. Perguntas essenciais como: idade, escolaridade, estado civil, dependentes; a questão da ocupação antes e depois do curso e outras questões. A seguir apresentaremos a caracterização do grupo estudado.

A faixa etária do grupo era a seguinte: das 11 mulheres, 02 tinham de 18 aos 29 anos, 06 tinham de 30 aos 39, 02 apresentavam a faixa etária dos 40 aos 49, e 01 dos 50 aos 59 anos. Em relação ao nível de escolaridade, 4 mulheres possuíam o ensino fundamental incompleto (parando

⁵ Fizeram parte do curso, cerca de 60 mulheres, das sessenta vagas, 20 foram disponibilizadas ao público transgenero e as outras 40 especificamente para as mulheres. Das sessenta mulheres, 48 conseguiram terminar o curso. Conseguimos o contato com 25 mulheres, porém 15 se disponibilizaram a responder os questionários, porque algumas já moravam em outras localidades e não puderam responder. Tivemos a devolutiva de 11 questionários respondidos. Das 11, duas pertencem ao público transgenero



na antiga quarta série); 3 mulheres com ensino fundamental incompleto (pararam na antiga sexta série); 3 mulheres com ensino fundamental incompleto (pararam na antiga oitava série). E apenas uma mulher com ensino fundamental completo. Das 11 mulheres, 08 eram casadas, 01 viúva, 01 divorciada, e 01 solteira. No que se refere ao número de dependentes, das 11 mulheres, 02 não tinham filhos, 05 mulheres tinham 2 filhos/as cada e 04 mulheres tinham 3 filhos. Sobre a localidade que as mulheres moravam, uma residia na comunidade de Gonçalves Ferreira; oito eram moradoras do Bairro Cedro; uma pertencia a Comunidade São José e uma morava no Alto do Moura. Das 11 mulheres, oito eram beneficiárias do Bolsa-Família e três não eram contempladas.

A partir das informações, adquiridas por meio dos questionários, podemos perceber que a maioria está na faixa etária dos 30 anos, casadas, com filhos e com escolaridade baixa e ou com níveis incompletos. Essas primeiras informações corroboram com as exigências do programa, no tocante a idade e escolaridade. “Cursos direcionando mulheres na faixa etária de 16 a 70 anos”. “Com escolaridade baixa ou defasada” (PMM, 2012). Com relação a localidade também, a maioria das mulheres residiam, no período do curso, no mesmo bairro, ou em comunidades de mesma área pertencente ao território de abrangência do CRAS -Cedro, o qual cadastrou as mulheres para o mesmo. A questão de selecionar mulheres de uma mesma localidade é porque de acordo com o programa, ajuda a criar uma teia de proximidade entre elas e possibilita a criação de cooperativas nas comunidades diretamente beneficiadas a depender da demanda. Outro ponto que se mostra positivo é com relação ao recebimento do Bolsa-família, como prevê o programa: “em especial às que são beneficiadas pelo Bolsa Família”, das onze mulheres 8 são beneficiadas pelo Bolsa-família.

Neste ponto podemos fazer uma ressalva, com relação às mulheres selecionadas para o curso de corte e costura, a respeito das vagas destinadas ao público Transgênero, uma vez que de acordo com o Programa: “as turmas serão **exclusivas**, (o grifo está contido no próprio texto) ou seja, formadas unicamente por mulheres”. Se levarmos em consideração que o curso aconteceu anteriormente a lei que autoriza a utilização do nome social e que o público precisa ser de mulheres, isso pode representar um avanço dentro da execução do programa, uma vez que insere este público, que também vive em situação de risco e vulnerabilidade social e são poucas as políticas que contribuem para a diminuição desta situação. Podemos também, analisar esta questão sob outra ótica, uma vez que as vagas destinadas ao público Transgênero, diminuiu a possibilidade de que outras mulheres pudessem usufruir do programa destinado a elas. Esta pode ser uma questão a ser analisada com mais cautela em outro dado momento, uma vez que não objetivávamos discutir a questão de gênero diretamente neste estudo. Outra ordem que pode ser analisada é que a

participação deste público em especial, no curso, o mesmo, contribui para a elevação da autoestima e da profissionalização dessas participantes, uma vez que são atendidas por uma política pública.

Procuramos extrair do grupo pesquisado às questões e temáticas que mais foram abordadas durante o curso, questões como: Quais assuntos ou temas que mais foram discutidos? Quais temas elas não conheciam ou conheciam pouco? e em que esses temas contribuem para a vida delas

Quadro 01
Temáticas abordadas nas aulas

Escolaridade	Quantidade
Saúde da Mulher	11
Direitos da Mulher	04
Autoestima	03

No quadro 02, fizemos o levantamento das questões relacionadas, a saber qual a importância dos temas abordados para a vivência dessas mulheres, seja de modo particular ou para a vida em sociedade.

Quadro 02
Importância dos temas e do curso

Atores pesquisados	Resposta as questões
M1	Podemos ver o quanto somos capazes e tirar essa impressão de mulher ser sempre submissa, ou incapaz, sabe.
M2	Ajudou a ser melhor em casa, a ter mais paciência, a saber como as pessoas podem me tratar e como elas não podem
M3	Mulher sem emprego e sem renda não pode fazer muita coisa e um dia quero ter meu próprio ateliê e os assuntos foram importantes porque nos ajudam a ser melhor e ter nossos sonhos.
M4	Todos os temas foram importantes, tudo no curso foi importante, as amizades, os aprendizados, principalmente a prática da costura, porque a concorrência é grande e quem não tem qualificação não consegue trabalho e no curso estudamos para ir em busca de trabalho e os temas nos ajudaram a conhecer melhor nossos direitos
M5	Na nossa idade sem estudo é tudo muito difícil para conseguir emprego, as aulas serviram para ampliar minha vida e da minha família. Gostava da atenção que os professores davam, porque na nossa idade é mais difícil aprender, do que um jovem e os professores davam atenção e ensinavam de forma mais fácil. Participar do curso foi muito bom
M6	Os estudos foram importantes porque muita coisa eu não conhecia e ajuda a gente a saber quais nossos direitos e não ficar calada quando precisamos das coisas saber que é nosso direito. As aulas me ajudaram a me conhecer melhor e saber que eu posso estudar e ir mais longe.
M7	Importante porque os professores acreditavam no nosso potencial, trabalhavam nossa autoestima uma injeção de ânimo, algumas aulas me ajudavam até em casa com meus filhos para ensinar o que eles traziam da escola.
M8	Depois do curso fiquei mais paciente com a família, aprendi a ouvir mais em



	casa, senti dificuldades nas aulas de matemática porque odiava na escola, mas os professores ensinavam de maneira fácil
M9	Todo o curso foi bom, poderiam ter mais aulas práticas, porque eu não tinha muita afinidade com as máquinas, mas foram boas as aulas. E também as amigas e os professores, gostava muito, ensinavam de forma muito fácil, nos respeitavam muito e as aulas eram importantes principalmente as de direitos da mulher, muita coisa que não sabia eu conheci.
M10	As aulas eram muito importantes porque tratavam de assuntos que ajudavam a nossa autoestima e falavam de nossos direitos. Além de conseguirmos uma profissão, porque hoje em dia quem não tem estudo não consegue um trabalho. E quem não quiser trabalhar para outras pessoas pode abrir um próprio negócio.
M11	Além de profissionalizar, o curso traz muitos outros assuntos, muitos outros conhecimentos que nos ajudam na vida e melhoram nossa autoestima

De acordo com as respostas obtidas nos questionários respondidos pelas alunas do curso de corte e costura, além dos temas relacionados ao âmbito da prática e técnica e ao modo de produção de confecções, os temas mais relatados por elas, foram: *direitos da mulher, saúde da mulher e autoestima*. Entendemos que esses temas são pertinentes para a vivência social, familiar e profissional das mulheres, uma vez que contribuem para que elas possam se conhecer e conhecer seus direitos. Direitos da mulher e saúde, são temas que, estão dentro do eixo da formação cidadã, de acordo com o documento do Programa Mulheres Mil. Podendo contribuir para a construção da cidadania dessas alunas, visto que o tema: Direitos Sociais e direitos da mulher estão ligados à participação, à igualdade de direitos e a dignidade da pessoa humana, pois a educação para a cidadania “requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e reflexão dos alunos”. (BRASIL, 1997). Entendemos dessa forma que abordar esses temas contribui para melhor a relação que essas mulheres têm com elas mesmas e com as pessoas que convivem, podendo influenciar a elevação da autoestima. Além disso percebemos a questão da importância do curso na vida dessas mulheres seja no âmbito do conhecimento, da prática e dos ganhos financeiros que são gerados, através dele.

Quadro 03

Situação das participantes por ocupação antes e depois do curso

Atores pesquisados	Ocupação antes do curso	Ocupação depois do curso
M1	Não trabalhava	Passou a trabalhar, mas em outra área.
M2	Trabalhava como costureira	Trabalhando como costureira (o curso ajudou a melhorar as técnicas e a prática)
M3	Dona de casa e lavava roupas e fazia faxina fora	Passou a trabalhar como costureira, mas ainda faz faxinas e lava roupas
M4	Serviços gerais	Serviços gerais e trabalha com costura, mas em casa
M5	Não trabalhava	Costureira em uma facção
M6	Não trabalhava	Passou a trabalhar em um fabrico

M7	Cortando linhas em um fabrico	Costureira no mesmo fabrico
M8	Cortadora de Cana	Trabalha em uma facção* (mas não relatou em que função)
M9	Não trabalhava	Montou uma facção com uma colega e trabalha com costura (comprou máquina com o dinheiro da ajuda de custo)
M10	Não trabalhava	Montou uma facção com outra colega e trabalha com costura
M11	Trabalhava em outra área	Continuou trabalhando, mas não com costura, o curso foi bom, mas não quis trabalhar com a área de corte e costura.

Facção: Termo utilizado no agreste pernambucano, relacionado as pequenas cooperativas de corte e costura.

Com relação a questão da profissionalização, por meio das respostas obtidas nos questionários, é possível perceber um avanço na vida dessas mulheres, uma vez que quase metade dessas mulheres declararam que não trabalhavam antes de frequentar as aulas do curso de corte e costura e houve um melhoramento uma vez que todas passaram a trabalhar e a maioria, delas, na área relacionada ao curso. O fato é que o acesso ao trabalho, seja ele formal ou por conta própria, representa uma oportunidade na vida das participantes do programa, pois por meio dele, podem demonstrar suas habilidades e seus conhecimentos e intervir na vida de suas respectivas comunidades, além de construir uma rede de relações sociais mais abrangentes.

Em uma política de educação profissional, considera-se que a melhoria nas condições de “empregabilidade” e de geração de renda de alguns segmentos de trabalhadores (população alvo da política) deve produzir consequências mais abrangentes, tanto pelo ledo da renda gerada, quanto pela redução dos níveis de miséria e violência que, em geral, estão associados a melhores níveis de emprego e renda. (BELLONI, 2001. p.51).

Deste modo, visto que, através das falas das participantes do programa, a maioria delas conseguiu aumentar as chances de possibilidades de trabalho, consequentemente melhorar a renda, o objetivo do Mulheres Mil, voltado a profissionalização foi alcançado, levando em consideração também que a demanda da região contribui para este ponto positivo. Talvez o programa pudesse avançar na questão de aproximar essas mulheres ao mercado de trabalho ou a estruturas que contribuem para intermediar empreendimentos, visto que é posto no programa: “articular, com outras instâncias públicas e privadas, a organização e a inserção das mulheres em arranjos produtivos, sociais, culturais e em empreendimentos econômicos solidários (associações, cooperativas, micro empreendimentos individuais, entre outros).” (PMM,2014). E isso não foi contemplado no fim da execução do programa, as mulheres que se articularam e foram em busca de se inserir no mercado de trabalho.

Sobre o promover a elevação da escolarização, isto não foi contemplado, quando relacionamos o *nível* de escolaridade das mulheres, por meio de suas falas, visto que o programa



ofereceu um curso para profissionalizá-las e ao fim foi lhes concedido um certificado de auxiliar técnico em corte e costura. Tendo em vista que a elevação da escolaridade, a elevação da autoestima e a profissionalização dessas mulheres, são objetivos do programa e podem contribuir para a diminuição ou eliminação do risco de vulnerabilidade das participantes e dois desses objetivos foram contemplados na vida dessas mulheres, é possível afirmar que ele pode não eliminar a situação latente de vulnerabilidade e risco, mas pode diminuir, uma vez que o fato de ser mulher e pobre ainda as coloca em situação de vulnerabilidade. Os riscos podem ser diminuídos, uma vez que elas conseguiram ou aumentaram suas rendas por meio do trabalho, visto que ele é um meio para tornar-se atuante na sociedade, pois “e a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as outras formas não humanas” Antunes (2005, p.123).

Em alguns estudos⁶ que analisam o programa mulheres mil, percebemos na maioria deles pontos positivos sobre a implementação e execução, principalmente com relação a questão do fortalecimento da autoestima e da profissionalização. Em dois artigos encontramos críticas ao programa, relacionando-o a uma perspectiva neoliberal, enfatizando que seu aspecto principal é focar na profissionalização dessas mulheres.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo buscou avaliar o Programa Mulheres Mil tendo como referência os seus objetivos. Sabemos que mesmo com o esforço ao tentar responder os objetivos do estudo, muitos assuntos ainda ficam em aberto, questões pedagógicas, metodológicas e tantas outras, uma vez que, devido o tempo que tínhamos para dar conta do estudo, não há como abarcar tantas temáticas, desta forma, essas ficam, como questões não respondidas, como possibilidades de outros estudos. Embora com uma diversidade de questões conseguimos construir alguns entendimentos, mesmo podendo afirmar que são *nossas* conclusões, passíveis de erros e não são verdades absolutas, são conclusões a que o estudo nos permitiu chegar.

Primeiramente, percebemos que o contexto em que se encontrava a maioria das mulheres era um contexto de pobreza, mas não de extrema, visto que a maioria tinha residência fixa, embora não própria, mas devido às condições, viviam em situação de vulnerabilidade, pois a maioria não possuía renda mensal, quase todas tinham um nível de escolaridade baixo e tinham filhos, tudo isso dificulta um pouco o acesso delas a educação e ao emprego. As características das mulheres que

⁶ Dimensões de gênero no programa mulheres mil (2014); Programa Mulheres Mil: uma experiência no IFPR (2014); Perfil socioeconômico do Programa Mulheres Mil: Campus Monteiro: expressão da questão social (2012); Análise do Programa Mulheres Mil (2014); Programa Mulheres Mil: História de vida (2013).

participaram do curso eram correspondentes as que se encontram na descrição da política, como por exemplo a idade e a localidade em que residiam. Um aspecto que poderia ser um mote para outra discussão é a questão das vagas abertas para o público transgênero, visto que o programa é especificamente voltado para as mulheres. Nas falas, as mulheres deixam claro que o principal intuito de ingressar no curso é mesmo a questão de conseguir se profissionalizar para conseguir vaga no mercado de trabalho. Com isso observamos que a inserção delas no mundo do trabalho foi alta, visto que a maioria conseguiu um ofício na área do curso, conseqüentemente aumentando a renda e desenvolvendo as habilidades adquiridas no decorrer do curso.

Com relação a elevação da autoestima, tanto nos questionários e nas falas informalmente, este foi um aspecto bem trabalhado, na perspectiva das mulheres, no decorrer do curso, durante as aulas e com a oferta de palestras, para além disso podemos entender que o fato de estar estudando, conhecendo novas pessoas e ingressar no mercado de trabalho, contribui para a elevação da autoestima. Quanto a elevação da escolaridade, não houve esse resgate, na vida dessas mulheres, também não houve uma aproximação delas com outras políticas públicas que contribuem para alcançar outros níveis de ensino, mas essa formação, por assim dizer, foi um início de um caminho que poderá ser percorrido por elas.

Os resultados, obtidos neste estudo, mostram que o programa foi bem aceito pelas mulheres; e bem-sucedido em nossa região; que seus objetivos foram parcialmente atendidos; deixando a desejar com relação ao aumento do nível de escolarização e com relação ao acompanhamento dessas alunas, depois dos cursos, porém, mesmo com essa defasagem, a possibilidade de frequentar o curso, pode contribuir para instigar nessas mulheres um desejo e ou uma necessidade de buscar um melhoramento em seus níveis de educação. Por fim, as egressas, em sua maioria, colocaram-nos que o curso de corte e costura, contribuiu de forma positiva para o desenvolvimento delas tanto socialmente, culturalmente e com relação ao acesso e ingresso no mercado de trabalho, contribuindo também para melhoras de convivência em suas famílias e suas comunidades, tornando-as mais atuantes e conscientes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Martins Fontes: São Paulo. Presses Universitaires de France, 1977.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Brasília, 2015

BRASIL. Portaria N° 817, de 13 de agosto de 2015. Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec,

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil. Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito. Disponível** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Item=602.>
Acesso em: out de 2015, dez de 2015.

CARNEIRO, C. B. L; VEIGA, L. **O Conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, junho. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2).

FRONCILLO, R. *et al.* Nutrição e dietética. 10º Relatório de avaliação de cursos. In: **SAI-Sistema de Avaliação Institucional/ETEC**. Centro Paula Souza. São Paulo. Setembro. 2008

_____. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2ª edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MINAYO, M. C. De S. - **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo, 1996. 269p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p. Título original: case study research: design and methods.